

SÍRIA E NARRATIVAS DE GUERRA POR PROCURAÇÃO: O CASO DOS CURDOS COMO ELEMENTO DE COMPLEXIDADE

Fernando Luz Brancoli ¹

RESUMO

O presente artigo pretende apontar caminhos alternativos para se observar o confronto civil na Síria (2011-presente), indicando que a materialização do discurso sobre guerras por procuração representa uma simplificação demasiada do que ocorre em campo. Diferente de um confronto de dois lados fixos, liderado por Estados, reforçamos que se trata de um conflito fluido, com alianças e objetivos se modificando ao longo do tempo e do espaço. Para isso, fazemos um estudo de caso dos grupos Curdos e suas múltiplas afiliações no teatro operacional.

Palavras-chave: Síria, Guerra por Procuração, Conflitos armados internos

¹ Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro - RJ, Brasil. fbrancoli@gmail.com

INTRODUÇÃO

A Guerra civil na Síria, iniciada oficialmente em março de 2011, é até o presente momento a maior crise humanitária do século XXI (HRW, 2017). Com mais de 500 mil mortos e gerando a mais expressiva crise de refugiados desde a Segunda Guerra Mundial, o conflito desestabilizou a região, com consequências diretas e indiretas também para a Europa e para as Américas. A análise deste estado de violência, apesar de sua importância e dimensão, encontra severos desafios. A cobertura da imprensa internacional tem sido prejudicada, seja pela dificuldade de acesso ou por claras escolhas ideológicas dos meios de comunicação. A profusão de informações – geradas muitas vezes por atores envolvidos no conflito – produz distintas interpretações e disputas por verdades. Como exemplo, em abril de 2017, um ataque com armas químicas na província de Idlib, no sul do país, provocou discussões sobre praticamente todas as questões envolvendo a ação: dos reais autores até as motivações por trás do bombardeio. O fato de o presidente estadunidense Donald Trump ter ordenado um ataque contra o país baseado neste ato aumentou ainda mais as discussões.

Apesar das distintas interpretações sobre os fatos que ocorrem na Síria, um elemento paira praticamente indiscutível, ao se analisar as movimentações conflitivas: o confronto neste país do Levante² seria um representante das chamadas Guerras por Procuração (GP; Proxy Wars, no original em inglês). O conflito envolveria, dentro dessa análise, diversos agentes externos que, impedidos de atuar de maneira completamente direta na Síria, financiariam atores internos em duas frentes distintas. As guerras por procuração, assim, seriam cálculos racionais feitos por Estados que, com seus objetivos estratégicos em mente, evitariam pagar custos diretos das guerras ao mesmo tempo em que garantem seu posicionamento.³

Dentro dessa narrativa, compartilhada exaustivamente pela imprensa global (Al Jazeera, 2016; CNN, 2017; Wintour; Mason Dehghan, 2017) e por alguns acadêmicos (Brown, 2016; Hughes, 2014; Berti e Guzansky, 2014), a Síria seria palco de um confronto binário, com posicionamentos bem definidos e com atores com objetivos similares. De um lado, teríamos

² O termo “Levante” é empregado para descrever, historicamente, a região do Oriente Médio que abrange Israel, Jordânia, Líbano, Síria e a Palestina.

³ Uma boa materialização desse argumento está em uma charge do cartunista brasileiro Carlos Latuff, exibida em diversos meios de comunicação da Inglaterra e dos Estados Unidos em 2013. Ver <<https://goo.gl/XN9TMp>>.

os Estados Unidos, países do Golfo e Turquia financiando rebeldes sunitas – enquanto que do outro Rússia, Irã, grupos curdos e milícias xiitas apoiariam o governo de Bashar Al-Assad. As ações de tais atores seriam coordenadas e colocadas em prática levando em conta escolhas racionais feitas por todos os envolvidos.

O presente artigo pretende apontar caminhos alternativos para se observar o confronto na Síria, indicando que a materialização do discurso sobre guerras por procuração representa uma simplificação demasiada do que ocorre em campo. Diferente de um confronto de dois lados fixos, liderado por Estados, reforçamos que se trata de um conflito fluido, com alianças e objetivos se modificando ao longo do tempo e do espaço. Além disso, para longe de cálculos racionais exclusivamente estatais, apregoado pelo discurso da GP, a guerra civil síria só pode ser compreendida pela inclusão de grupos não ligados, necessariamente, com uma nação. Nesse sentido, as alianças apregoadas na lógica macro, internacional, não necessariamente se materializam em campo diário na Síria.

Para isso, o artigo está dividido em três momentos. O primeiro irá estabelecer uma genealogia do conceito de Guerra por Procuração, reforçando sua proximidade com o período da Guerra Fria, a lógica bipolar e ressaltando suas limitações explicativas. Após isso, irá se analisar a Guerra Civil na Síria, apontando suas ambiguidades e o caráter fluido das alianças, além de esforçar que a constituição de binarismos religiosos de confrontos entre sunismo e xiismo, consolidados pelas narrativas da GP, não são efetivamente válidos. Por fim, mapeamos as ações de grupos curdos no confronto, além do seu desdobramento para o Iraque. Usando como exemplo os conflitos no Monte Sinjar e na cidade de Kobane, reforça-se, assim, que tal grupo não-estatal materializa a fluidez e o não-binarismo do conflito em pauta e que a constituição de lados fixos não auxilia a compreensão sofisticada do embate.

POR UMA GENEALOGIA DAS ‘GUERRAS POR PROCURAÇÃO

A era definida pelo historiador Edward Luttwak (1995) como “pós-heroica” teria sua mais sofisticada materialização no Oriente Médio contemporâneo. Diferente de confrontos anteriores, envolvendo disputas com soldados nacionais, os interesses na região estariam garantidos principalmente pelo financiamento de Estados à atores

locais. No que já foi chamado pelo presidente estadunidense Dwight Eisenhower como “o seguro mais barato do mundo”, as Guerras por Procuração seriam a estratégia por excelência em um período em que o emprego de tropas regulares se torna cada vez mais intrincado e difícil politicamente.

Encontrar uma definição única para as GP demonstra-se bastante complexo. A primeira tentativa, feita por Deutsch (1964:15) classifica como um

“confronto de duas potências estrangeiras, se enfrentando em um terceiro país, disfarçado de um conflito interno [desse terceiro país] e empregando pessoal, recursos e territórios deste para atingir estratégias e objetivos externos”.

Loveman (2002:4), por sua vez, aponta as GP como a “participação, normalmente de Grandes Potências, de forma indireta em um conflito de terceiros, com o objetivo de influenciar o seu resultado estratégico”. Esse tipo de guerra, assim, envolveria um ‘Estado patrocinador’ que emprega de maneira utilitarista um ator não-estatal ou um Estado menor para lutar em seu nome. A premissa básica é a de que a estratégia de ambos convergiria de maneira absoluta e, dessa forma, a atuação em conjunto seria inevitável.

Tais definições compartilham duas lógicas sobrepostas. A primeira é de que as alianças são racionais, imutáveis e lideradas e refletidas por uma potência estatal. A segunda diz respeito à lógica utilitarista de atores não-estatais, vistas como meras ferramentas das nações e sem capacidade de agência. Munford (2013:1) aponta que tais definições ignorariam negociações regionais, por exemplo, excluindo das análises atores essenciais. As definições de Guerra por Procuração, assim, estariam permeadas pelo momento histórico em que mais foram utilizadas: a Guerra Fria. O reforço do caráter bipolar, desta forma, tende a ignorar a possibilidade de atores não-estatais não operarem como instrumentos das potências, que atuariam em um “grande xadrez global”.

Apesar de podermos identificar esse processo conflitivo em diversos momentos da história humana, o emprego à guerra por procuração foi particularmente prevalente a partir do fim da Segunda

Guerra Mundial. Isso se daria uma vez que a ameaça nuclear teria tornado os conflitos diretos entre Estados Unidos e União Soviética improváveis. É nesse período que exemplos clássicos, retomados posteriormente como semelhantes ao caso sírio, aconteceram: a resposta de Washington à invasão soviética de 1979, ao armar milícias afegãs, ou o treinamento de vietnamitas do norte por Moscou, durante a guerra do Vietnã em 1955.

A narrativa inaugurada nesse momento e presente na contemporaneidade é que uma vez que os conflitos diretos entre as potências não seriam possíveis – seja politicamente ou por ameaças materiais – a terceirização dos conflitos seria inevitável. O congelamento provocado pelas armas nucleares, assim, tornaria esse tipo de estratégia a melhor forma de estabelecer que os interesses das potências ainda fossem garantidos.

Nesse sentido, apesar dos discursos sobre as GP estarem associados à Guerra Fria, cabe também o apontamento de que tal estratégia continuou após a dissolução da União Soviética, principalmente como elemento em manifestações violentas não-tradicionais. Nesse sentido, definições como “Novas Guerras” (Kaldor, 2005; Reyna, 2009), Novíssimas Guerras (Moura, 2005), Guerras de 4ª Geração (Simons, 2010; Lind e Thiele, 2015) e Guerras Híbridas (Schmidt, 2014) apontariam que o financiamento de um terceiro ator para atingir fins políticos seria uma prática necessária em um cenário de ameaças difusas e com menos apoio doméstico para ações militares.

Neste contexto pós-Guerra Fria, a entrada dos EUA em intervenções armadas internacionais poderia ter aumentado, por exemplo com o fim do veto automático no Conselho de Segurança das Nações Unidas com o fim da União Soviética, como mostrado pelo apoio russo a Guerra do Golfo. Porém, como apontado por Bobbitt (2003), o congelamento de vontades de guerra tradicional, no pós-Guerra Fria, se daria menos pelo receio de desencadear um processo nuclear – mas principalmente por constrangimentos como crises econômicas e a pressão doméstica para o envio de grande número de tropas internacionalmente.

Munford (2013:4) aponta ainda que a emergência da chamada Guerra Global contra o Terror, inaugurada em 2001 pelo presidente George W. Bush, também teria contribuído para a permanência das estratégias típicas da GP. Uma vez que se tratam de conflitos irregulares

e dispersos, a saída seria justamente empregar atores locais – assistidos por treinamento dos EUA – para melhor lidar com tais ameaças. Evitar-se-ia, além disso, os impactos internos de mobilização maior de tropas e de pessoal, principalmente após os fracassos das investidas no Afeganistão e no Iraque.

Reforça-se que não se ignoram certas vantagens discursivas ao se enquadrar, em alguns momentos, a dimensão de “procuração” para reforçar os laços internacionais de conflitos que, em um primeiro olhar, poderiam ser interpretados como dinâmicas essencialmente intraestatais. Porém, a reflexão sobre a genealogia do termo e suas disposições referenciais, essencialmente o contexto binário da disputa, típica do período da Guerra Fria, acaba por promover análises que compartimentam os conflitos desta forma. As comparações inevitáveis, como do *The Guardian*, de que a “Síria seria o Vietnã da Rússia” comprovam tais pontos (Goepner e Thrall, 2017).

É nesse contexto em que a Guerra Civil na Síria é enquadrada, após seu início em 2011. Como apontado, haveria inicialmente pouca disposição de Washington em atuar em um novo conflito no Oriente Médio – o então presidente Barack Obama havia sido eleito com a promessa de retirar tropas da região. Conforme as mortes e a violência aumentarem, uma nova questão entrou em cena: a Rússia, retomando antigas vontades de ser reconhecida como agente essencial na região, voltou a bloquear uma ação internacional. Junto com ela, as narrativas de procuração de conflitos.

GUERRA CIVIL NA SÍRIA, MULTIPLICIDADE DE ATORES E MITOS DE CONFLITO

As primeiras análises sobre o confronto na Síria (Al Jazeera, 2011), iniciado em 2011, apontam que os desdobramentos no país era mais um capítulo da chamada ‘Primavera Árabe’. Esse conjunto de protestos populares, iniciados em 2010 na Tunísia, rapidamente se espalharam pela região, derrubando regimes e reforçando uma narrativa, muitas vezes exagerada, de que toda a região passaria por mudanças de liderança em pouco tempo (Brancoli, 2015; Lynch, 2017).

Apesar das diferenças locais, os protestos na Síria começaram de maneira relativamente similar com outros países: algumas crianças foram presas por forças de segurança, ao sul da capital Damasco, após serem pegas

escrevendo em muros frases pedindo a queda do regime. Manifestações locais pela prisão rapidamente se transformaram em reivindicações mais amplas, como melhoria dos serviços públicos e maior abertura do governo. O fato de forças policiais tratarem os protestantes, desde o início, com extrema violência, galvanizou ainda mais os protestos. O pano de fundo das reclamações era bem conhecido: maior liberdade política além de reclamações sistemáticas pelos péssimos serviços públicos do país, além de generalizada percepção sobre a corrupção das lideranças (Erllich e Chomsky, 2014:56). Uma forte seca, além disso, assolava o país desde 2008, o que provocou um forte êxodo rural e o aumento da população urbana, muitas sem acesso a questões básicas como saneamento e moradia.

A passagem de um movimento não-violento de protesto, que durou cerca de oito meses, para uma guerra civil nacional possui múltiplas razões. Por um lado, o movimento de manifestantes foi tradicionalmente dividido, principalmente pela ausência de partidos e organizações opositoras formais, ilegais durante o regime Assad. A violência do governo, além disso, impulsionou estratégias violentas para o centro das discussões, iniciando um ciclo que retirou ainda mais capital político dos grupos não armados. Por fim, o fluxo contínuo de armamentos e dinheiro por parte de atores externos acabou beneficiando aqueles que decidiram por tal estratégia.

Já nesse momento, o número de atores armados enfrentando o regime se tornou bastante pulverizado. De acordo com o Center for Middle East Research, da Universidade de Oxford, apenas nos dois primeiros anos de conflito existiram mais de 20 grupos distintos, variando inclusive seus objetivos políticos. Por exemplo, enquanto o chamado “Exército Livre da Síria”, um guarda-chuva de diversos grupos, argumentava que a solução para a crise passava por uma secularização do país e a adoção imediata de elementos democráticos, os “Soldados do Levante” apontavam que apenas a constituição de um regime teocrático era capaz de pacificar a área. Interessante apontar que, apesar de objetivos opostos, muitas vezes tais elementos foram enquadrados no etéreo compartimento de “rebeldes sunitas”.

Configurações históricas e alianças

Uma análise da história recente da Síria auxilia na compreensão de por que movimentos inicialmente pacíficos foram respondidos

com violência – além da expansão acelerada por todo o país. Herdeira dos processos de divisão colonial do pós-Primeira Guerra Mundial, materializados pelos acordos de Sykes-Picot⁴, a Síria moderna se tornou independente em 1946, passando por uma série de golpes até a tomada militar do poder por Hafez Al-Assad, em 1970, ligado ao partido Baath.

A Síria adotou, principalmente a partir desse momento, uma política de proximidade com a União Soviética. Acordos de compras de armamentos por parte de Damasco, por exemplo, foram iniciados no imediato pós-independência, após a saída de tropas francesas da localidade. Entre as décadas de 1970 e 1980, a Síria comprou mais de 400 milhões de dólares em armas da Rússia, tornando-se um dos principais parceiros militares na região (KERR; LARKIN, 2015). Marca esse período a cessão para Moscou da base naval da cidade de Tartus, base importante de águas quentes para o país.

De maneira interessante, após as duas tentativas frustradas de guerra contra Israel (1967 e 1973), o regime Assad pai passou também a estabelecer relações com os Estados Unidos e o Ocidente de modo geral. O fim da lógica bipolar aumentou as pressões estruturais para mudanças dentro do país. Apesar de Bashar manter, em grande medida, as antigas políticas do pai, como as campanhas de culto a sua imagem, com pôsteres espalhados pelo país, ele também tentou estabelecer novas práticas. Foram instaurados, por exemplo, novos programas de liberdade política e de imprensa, em um período que, curiosamente, ficou conhecido como a Primavera de Damasco (NOUEIHED; WARREN, 2013). Antigos dissidentes foram perdoados, com vozes ainda tímidas começando a citar mudanças no regime, como foi o caso do fim do Estado de Emergência, posto em prática em 1963 e que suspendia diversos direitos civis. Apesar dessas concessões, era comum observar choques violentos entre forças governamentais e opositoristas, o que sinalizava os limites das reformas.

Com modificações políticas mais profundas fora de cogitação, Assad se voltou para a economia, onde adotou uma espécie de modelo híbrido. Apesar de permitir certa liberalização financeira, manteve o arcabouço de controle estatal, fazendo com que o Estado permanecesse capaz de controlar a dinâmica econômica. Em menos de cinco anos,

⁴ O Acordo Sykes-Picot, de maio de 1916, foi uma negociação secreta entre os governos do Reino Unido e da França, que definiu as suas respectivas esferas de influência no Oriente Médio, considerando-se a hipótese de derrota do Império Otomano na Primeira Guerra Mundial. O acordo estabeleceu limites que ainda permanecem na maior parte da fronteira comum entre a Síria e o Iraque.

no fim de 2004, o governo autorizou a entrada de bancos estrangeiros no país, que logo se espalharam por todo o território (Lesch, 2012:12). Tarifas de importação também foram reduzidas, atraindo para o país indústrias europeias, como as de automotivos. O governo ainda lançou um expressivo programa de turismo, incentivando a vinda de norte-americanos e europeus. Nas ruas de Damasco, por exemplo, eram comuns os ônibus turísticos que anunciavam os pontos de atração da cidade, com guias locais versados em inglês e francês. Os principais beneficiados do descongelamento econômico, contudo, foram os setores ligados ao governo. Famílias alauítas, próximas do círculo interno do poder, e sunitas, localizados nos grandes centros urbanos e com boas conexões governamentais, puderam fazer fortunas em poucos meses.

Tais alianças foram mobilizadas e ressignificadas conforme a crise institucional que passou a ser compreendida como uma guerra civil. Nesta medida, recursos foram mobilizados pelo governo e por alianças pré-existentes. O papel internacional do conflito na Síria é dúbio desde o início dos protestos, principalmente após as manifestações iniciadas em 2011 se tornarem mais violentas, sobretudo após a deserção de membros do exército nacional. Conforme tornava-se mais claro que os protestos estavam se transformando em um conflito armado, ainda em 2011, os Estados Unidos se refrearam de maior envolvimento, apesar do pedido constante de aliados regionais, principalmente da Arábia Saudita. Em abril de 2011, o governo Obama iniciou algumas sanções contra o regime Assad e, dois meses depois, em conjunto com lideranças da França e Alemanha, para que o líder saísse do poder. Nesse período, os EUA também estabeleceram um programa para treinamento e auxílio de grupos rebeldes, que já em 2012 iniciaram ações de tomada de cidades, como o exemplo principal de Aleppo, capital econômica do país. O discurso belicista do Ocidente aumentou, chegando em novembro a uma tentativa de resolução no Conselho de Segurança, que poderia autorizar seus membros a tomar “todas as medidas necessárias” para garantir a proteção de civis no país (LYNCH, 2017, p. 89). A ação se mostrou infrutífera pelo veto de Moscou, que iria se repetir em todas as tentativas posteriores. Neste caso, a França foi proeminente em demandar ações mais enérgicas. Paris foi o primeiro membro do Conselho de Segurança a expulsar diplomatas sírios ligados ao regime, além de apontar que ataques contra Assad eram necessários. O regime do socialista François Hollande, principalmente pelo aumento de ataques terroristas em território nacional, apontava que a instabilidade na

região trazia insegurança para a Europa como um todo.

Apesar da impossibilidade de intervenção direta, os Estados Unidos e aliados europeus, principalmente a França, concentraram os esforços de apoio no envio de armamentos e no treinamento de tropas locais, principalmente aquelas sob o guarda-chuva do chamado “Exército Livre da Síria”, além de grupos curdos, como irá se demonstrar posteriormente. Somente em 2015, o governo Obama teria enviado mais de 900 toneladas de material bélico para tais atores (YASSIN-KASSAB, 2016, p. 67). A escolha de qual grupo apoiar gerou complicações, principalmente no que dizia respeito a encontrar elementos “moderados”. O caos nesse sentido pode ser materializado com as revelações de que grupos financiados separadamente pelo Pentágono e pela CIA estariam se combatendo (LA Times, 2016). Com a crescente fragmentação dos bandos armados, Washington se virou para uma aliança maior com os curdos no país, consórcio que será melhor tratado no próximo tópico.

A entrada da Rússia em auxílio ao governo Assad, em complemento à falta de motivação política para Washington enviar mais soldados para campo, são os principais fatores explicativos para indicar a razão de intervenções mais potentes do Ocidente e de seus aliados regionais não terem sido possíveis, o que acabou levando à opção de formações de alianças com atores locais. O argumento central era de que o apoio ao governo Assad se dava principalmente para evitar a expansão de grupos terroristas. A Rússia, além dos interesses estratégicos abordados acima, também teria receio de um possível transbordamento de grupos armados islâmicos para a Tchetchênia, por exemplo. Nesse sentido, o governo de Vladimir Putin apoiou o regime sírio desde o início dos protestos, inicialmente com o suporte logístico e político e, a partir de 2015, com tropas em solo e apoio aéreo. A presença militar russa foi vital para a sobrevivência do regime, que passou a retomar cidades após o apoio de Putin, assim como manteve o bloqueio supracitado no Conselho de Segurança.

A Rússia operou ainda como mediadora do governo Assad em diversos momentos. Em 2013, com ameaças do governo Obama de atacar unilateralmente a Síria por acusações de emprego de armas químicas, Moscou costurou um acordo com os EUA para evitar maiores escaladas bélicas. Em 2017, com as acusações do agora presidente Donald Trump de que Assad teria empregado armamento químico contra a população civil, a Rússia mostrou-se novamente instrumental para o regime Assad, mantendo o bloqueio político no Conselho de Segurança da ONU e aumentando a presença militar na região.

Disputas regionais e mitos de sectarismo conflitivo

O congelamento de possíveis intervenções entre Rússia e Estados Unidos também teve consequências com as lideranças regionais. Impedidas, em um primeiro momento, de também enviar tropas diretamente, o envolvimento de países próximos se deu através de financiamento e envio, no caso do Irã, de forças especiais.

Por um lado, a Arábia Saudita, com quem o regime Baathista sírio tem disputas políticas há décadas, apoiou grupos armados entre os rebeldes desde o início dos protestos. Com ênfase em organizações sunitas⁵, Riad foi acusada de apoiar indiscriminadamente, inclusive enviando armamentos para grupos fundamentalistas com o autoproclamado Estado Islâmico⁶ (LYNCH, 2016, p. 49). Declarações do país para justificar a ação se encontravam principalmente em proteger membros sírios do ramo sunita do Islã, que estariam sendo perseguidos por Damasco e poderiam ser vítimas de um “genocídio” (SCHMITT, 2017).

Principalmente na primeira década do século XXI, o regime saudita tem empregado elementos discursivos religiosos como justificativas para ações militares no seu entorno. Liderança da vertente wahabita do islã sunita, notadamente mais conservadora, Riad estabeleceu ações militares no Iêmen e no Bahrein, por exemplo, usando de tais prerrogativas. No caso específico na Síria, o argumento religioso ganhou conotações automatistas para indicar o lado em que o país entraria no conflito. Construindo um cenário binário, em que a totalidade de sunitas estariam enfrentando um opressor regime alaúita xiita, a constituição do espaço de embate se torna, assim, simplificado.

Ainda do ponto de vista regional, um outro ator importante seria o Irã. Com objetivos alongados na região desde a revolução islâmica de 1979, que tinha um forte caráter expansivo, o país viu tais objetivos parcialmente congelados na primeira década do século XXI. Isso se deu

⁵ O sunismo é o ramo majoritário do Islamismo moderno, com cerca de 85% do total de praticantes. Em seguida vem o xiismo, com suas vertentes, com 10%, com restante com interpretações minoritárias, como o sufismo. A distinção se dá, simbolicamente, sobre indagações de quem seria o herdeiro do profeta Maomé. Ver PINTO, P. G. Hilu da Rocha, *Islã: Religião e Civilização – uma abordagem antropológica*, Aparecida, São Paulo, Editora Santuário, 2010.

⁶ O grupo, dependendo do momento em que se autoidentifica, é denominado ainda como Estado Islâmico do Levante, ou Daesh, no acrônimo em árabe.

principalmente pela inclusão da nação dentro do contexto de “Eixo do Mal” da Guerra Global contra o Terror (CRONBERG, 2017, p. 120). Apesar desta configuração política, o país teve atuação importante nas movimentações militares no Iraque após a invasão liderada pelos Estados Unidos em 2003 e a subsequente queda de Sadam Hussein. Após a saída do presidente Mahmoud Ahmadinejad e o gradual descongelamento com o Ocidente, materializado pelo acordo nuclear costurado em 2016, as ambições regionais iranianas ficaram mais explícitas. Além do envio de armamentos para rebeldes no Iêmen, a atuação principal do país se concentrou na Síria.

O regime dos Aiatolás e Damasco possuem laços estreitos desde a década de 1980, com a guerra Irã-Iraque. Naquele momento, Hafez al-Assad buscava um contrapeso contra Bagdá, com quem disputava prestígio principalmente dentro das configurações dos regimes Baathistas. No mesmo período, Síria e Irã ambos atuaram em conjunto na Guerra Civil do Líbano, financiando diversas milícias, com ênfase no grupo armado Hezbollah. A proximidade se materializou ainda em elementos culturais e religiosos, como a facilitação de peregrinos sírios xiitas para centros no Irã, assim como o aumento de fluxos comerciais.

Esses canais foram novamente acionados com a crise síria e o aumento da pressão armada para que o regime de Bashar Al Assad fosse destituído em 2011. Desde o início do levante, o Irã não só apoiou o governo sírio com auxílio financeiro, como mobilizou milícias armadas, principalmente o supracitado Hezbollah, além de enviar forças especiais da Guarda Republicana iraniana. O cálculo, neste momento, era que Bashar Al-Assad atendia melhor os interesses iranianos na região – que poderiam ser preteridos no caso de uma mudança de regime promovida pelos sauditas.

A análise superficial das dinâmicas regionais reforçaria os elementos analíticos que representam o conflito sírio dentro de uma lógica binária de guerra por procuração. De um lado, Arábia Saudita, representante sunita, financeira grupos do mesmo ramo na Síria, uma vez que estes não fazem parte do governo e desejam substituí-lo. Do outro lado, o representante xiita, o Irã, apoiaria a minoria alauíta no poder, garantindo assim que seus interesses sejam resguardados. A Guerra Fria Religiosa entre Riad e Teerã, assim, estaria binariamente configurada. A narrativa apresentada, de tal modo, é que existiria uma ontologia de ódio e incapacidade de convivência entre as duas frentes, fazendo com que o

confronto seja inevitável.

A materialização desses interesses, dentro deste discurso, seria resultado da própria configuração da sociedade síria. A população do país é majoritariamente islâmica sunita (KERR; LARKIN, 2015, p. 33), com uma minoria xiita alauíta e cristã, além de drusos e curdos. Porém, análises antropológicas realizadas há décadas no país demonstram que a religião e a identificação étnica, apesar de terem um papel importante nas relações sociais, nunca foi um fator específico para pertencimento do governo (PIERRET, 2013, p. 67).

Uma apreciação mais profunda da própria formação da sociedade já demonstra uma pluralidade para além do binarismo de confronto direto em ramos do islã. Por exemplo, os sunitas estão fortemente representados em todos os níveis de liderança no governo de Assad (CAMBANIS, 2015). O território controlado pelo regime, além disso, é efetivamente de maioria sunita - o que seria impossível de se manter caso a constituição de animosidades fosse automática nesse sentido. O governo Assad, apesar de pertencente ao ramo alauíta, contém cristãos e sunitas em postos importantes, como no comando do Exército (ALAM, 2016). Além disso, a elite econômica do país, que apoia historicamente o regime, é também sunita. Posteriormente, a visibilidade religiosa será resignificada para justificar embates – mas essa narrativa é posterior aos conflitos.

Isso não significa que os elementos identitários religiosos sejam completamente ignorados pela população síria. Pinto e Baeza (2016, p. 3) demonstram que sírios na diáspora resignificam o pertencimento nacional empregando tais elementos. Muitas vezes, através deste viés, empregando esse elemento identitário como uma das frentes para articular o “outro” compatriota em território estrangeiro. Porém, isso não significa que tais elementos são os únicos a serem mobilizados, como aponta, na maior parte das vezes, os analistas supracitados.

Como elemento exemplificador, o Irã atua na região sul do país, na fronteira com o Líbano, principalmente com o envio de tropas da guarda revolucionária, como já afirmado, e na coordenação com o Hezbollah – sempre como elemento de apoio ao exército sírio. Porém, conforme argumenta Zambelis (2015), os principais membros das Forças Armadas dessa região são sunitas, atuando sem maiores questões com as forças xiitas iranianas.

Por fim, é interessante apontar um terceiro ator regional relevante para se compreender a guerra civil na Síria: a Turquia. Com pretensões

na região cada vez mais expansivas, o governo de Recep Tayyip Erdoğan modificou seu posicionamento em relação ao regime de Bashar Al Assad. Inicialmente, os países possuíam boas relações, principalmente após o governo de Hafez ter expulsado militantes considerados terroristas por Ancara e que estariam abrigados em território sírio.

O aumento da violência na Síria, contudo, modificou essa relação, permeado em dois grandes argumentos. Primeiramente, Ancara argumenta que o vizinho se tornou um local para atuação livre de grupos terroristas, principalmente o autodenominado Estado Islâmico. Formado em meados de 2014 pela junção de fundamentalistas sunitas sírios com ex-membros das Forças Armadas iraquianas, expulsos de seus postos pelos EUA a partir de 2003. O grupo ficou famoso pela sofisticação das mensagens enviadas através de mídias sociais, exibindo execuções de prisioneiros e após ocupar cidades importantes tanto da Síria quanto do Iraque. O EI teria cometido atentados na Turquia e comprometeria a segurança da região. A ameaça, pelo menos discursiva, do Estado Islâmico chegou a tal ponto que Rússia, EUA e Turquia teriam promovido ações em conjunto para bombardear centros administrativos da organização.

Mais importante que isso, entretanto, é a relação da Turquia com os grupos curdos. Com mais de 14 milhões de representantes deste grupo étnico habitando a Turquia, seu partido mais expressivo é considerado um grupo terrorista por ações separatistas e foram enquadradas, desde 2010, como “uma das principais ameaças ao estado turco” (ÜNVER, 2015, p. 122). As reflexões sobre o impulso curdo em obter um espaço independente na Síria e os possíveis reflexos para Ancara explicam a complexidade de ações no confronto civil sírio, que serão tratados no próximo tópico.

ELEMENTOS NÃO-TRADICIONAIS E A MULTIPLICIDADE DE ALIADOS NA GUERRA SÍRIA: O CASO DOS CURDOS

Os curdos são apontados como o maior grupo étnico sem Estado do globo, com cerca de 30 milhões de indivíduos, divididos principalmente pela Turquia, Síria, Iraque e Irã (MCDOWALL, 1997, p. 2014). Com a grande maioria de sua população muçulmana sunita, além de representantes de minorias yazidi e alevi, assim como cristãos. Interessante apontar, entretanto, que a identificação ‘curda’, principalmente nas análises sobre o confronto da Síria, acaba sobrepondo elementos religiosos. Nesse sentido, quando alocados dentro dos tabuleiros de alianças, dificilmente as forças curdas são

apontadas como 'sunitas', o que já indica certa tentativa de homogeneização dos elementos. Assim, a análise destes grupos é essencial: a busca por um Estado nacional faz que as estratégias de tais elementos sejam normalmente de pulverizar as alianças e acordos, o que acaba por desconstruir narrativas binárias.

Desta forma, a Guerra Civil na Síria, para os curdos, se apresenta como mais um dos diversos embates em busca de autonomia. Em entrevistas no norte do Iraque em 2017, todos os parlamentares ouvidos apontavam que estes conflitos do século XXI eram desdobramentos de embates que teriam como marco inicial 1916, um ponto de virada para a história curda.

A área, que até então era ocupada pelo derrotado Império Otomano, foi dividida por campos de interesse de Paris e Londres, relegando a população curda a habitar Estados distintos. A história subsequente, apesar de elementos locais, é de uma população que sofre repressão de diversas frentes, em sua busca por autonomia. Acusações de práticas terroristas, nesse sentido, estão sempre presentes, além de criminalização de tentativas de maior independência. A análise específica do caso turco e sírio em relação a Constituição do Curdistão auxilia no processo de desconstrução de que as dinâmicas na região seriam binárias e movimentadas exclusivamente por questões religiosas.

No caso específico turco, os curdos têm exigido, pelo menos desde a década de 1920, algum grau de autonomia. Compondo cerca de 20% da população do país, as exigências se iniciaram em contrapartida às práticas nacionalistas e de tentativa de assimilação por Kemal Atatürk, fundador da República turca moderna, e pelos subsequentes governos (GUNTER, 2011). A materialização dessas disputas levou a criação, no fim da década de 1970, do Partido dos Trabalhadores do Curdistão (PKK, na sigla em curdo). O grupo foi considerado terrorista por Ancara, provocando um conflito armado desde 1984 e que, desde então, provocou mais de 100 mil mortos. O conflito aumentou potencialmente em dois momentos nas últimas duas décadas. A primeira vez em 1999 quando o líder intelectual do partido, Abdullah Öcalan, foi preso no Quênia e mantido, desde então, em isolamento na Turquia. O gesto foi visto como uma movimentação de Ancara para proibir a ascensão de mecanismos formais de participação dos curdos, o que acabou levando ao aumento de práticas violentas. Essa movimentação ficou ainda mais complexa quando, em 2015, partidos apoiados pelos curdos aumentaram o número de representações no Congresso turco. A resposta do governo Erdogan foi de criminalização e de deslegitimar a causa, apontando laços, relativamente

frágeis, sobre grupos violentos e tais coligações políticas (ÜNVER, 2015, p. 22).

É dentro dessa narrativa que se observa um processo de homogeneização dos grupos curdos, com semelhança com as elucubrações sobre Guerras por Procuração. Apesar de complexos e com objetivos políticos distintos, os grupos de tal etnia acabam por ser homogeneizados e apresentados como um elemento unificado. O transbordamento dessa estratégia, que parte principalmente de Ancara, enuvia a complexidade das relações entre os distintos grupos e acaba por fortalecer o discurso no qual tais entidades possuem uma agenda em comum e objetivos confluentes.

O início da guerra na Síria demonstra esses elementos. Com o governo turco, inicialmente, atuando apenas na autorização da circulação de armamentos e pessoal para enfrentar o regime al-Assad, a população curda na fronteira acabou por ficar presa entre os interesses de Erdogan e a multiplicidade de atores envolvidos no contexto sírio. Com o número de entidades políticas aumentando, inclusive de curdos, uma análise mais sistemática de tais agrupamentos demonstra como o confronto na região deve ser entendido para além de procedimentos dicotômicos. Uma forma interessante de se apreender tais reflexões é o foco em um grupo específico: no caso subsequente, irá se refletir justamente sobre o caso curdo.

Curdos na Síria e no Iraque

Com a queda de Saddam Hussein no Iraque, após a invasão dos EUA e aliados, em 2003, os curdos iraquianos surgiram como um dos grupos que mais angariaram benefícios políticos. Com cerca de 6 milhões de representantes, 10% da população do país, o grupo foi perseguido pelo regime de Hussein durante a década de 1990, com os casos mais graves representados pelo denominado “genocídio curdo”, com o assassinato de milhares de pessoas com armas químicas. Com a nova Constituição de 2005, foi conferido ao Governo Regional do Curdistão (GRC) o status de “semiautônomo”, apesar de, na prática, possuir autonomia praticamente completa (NATALI, 2007, p. 101). O GRC está atualmente sob a liderança da família Barzani: o presidente Masoud; seu sobrinho, o primeiro-ministro Nerchivan; e seu filho Masrour, chefe dos assuntos de inteligência e segurança. Sob o governo familiar, o GRC se transformou em uma região relativamente próspera e pacífica ao se comparar com o Iraque em geral.

Apesar das principais lideranças do grupo serem

familiares, reflexões contemporâneas demonstram que o GRC é extremamente fragmentado. Isso é demonstrado pelas disputas entre os principais partidos que representam os curdos iraquianos, o Partido Democrático Curdo (PDC), liderado pelos Barzanis, e a União Patriótica do Curdistão (UPC). O PDC, baseado na cidade de Erbil, é visto como um representante tradicional do sunismo tribal, com dinâmicas conservadoras centralizadas na manutenção do patrimônio e independência de Bagdá. O UPC, liderado por Jalal Talabani, por sua vez, tem sua base de operações na cidade de Sulaymaniyah, com sua base de apoio em elementos mais progressistas e seculares. Como aponta Thronton (2015, p. 8), as diferenças entre esses dois partidos levaram, de fato, a uma guerra civil na década de 1990. Um legado desta guerra ainda é evidente atualmente, com o GRC sendo dividido entre o “exército formal” controlado pelos Barzani e as forças milicianas dos “peshmerga”, do UPC. Os peshmerga são, em sua maior parte, um grupo com pouco treinamento formal e formado por cidadãos. A tensão entre os dois grupos, de qualquer forma, é bastante presente.

Em termos de economia, o GRC tem direito a parte dos dividendos da exploração de petróleo em seu território – o que provocou um crescimento expressivo das atividades industriais da região. Isso se materializou com uma aproximação com a Turquia, que passou, desde a nova constituinte, a investir na exploração dessa commodity. Em 2013, um projeto entre Ancara e Erbil iniciou a construção de um oleoduto que ligaria o GRC ao porto de Ceyhan, na Turquia. As relações entre o PDC e Ancara são mais complexas do que apenas relações comerciais. Nas últimas décadas, Barzani tem disputado com Ocalan e o PKK a liderança do que pode ser visto como uma tentativa de um Movimento internacional dos curdos. A aproximação com a Turquia, dentro dessa lógica, seria uma tentativa de normalizar as relações com Erdogan, ao mesmo tempo em que mantém isolada a perspectiva rival.

A questão curda ganha novos níveis de complexidade ao incluirmos a população desta etnia em território sírio e sua participação no conflito armado. Antes do início da guerra civil, cerca de 2,2 milhões de curdos habitavam o norte do país. Thornson (2015, p. 8) indica que “se os curdos do globo são divididos, na Síria eles são ainda mais”, com cerca de duas dezenas de partidos políticos representando as distintas facções. De maneira significativa, há também uma divisão geográfica: a maior parte da população está ao norte, em cidades como Kobane e Qamishliya.

Com o início das conflagrações em 2011, Yidliz (2014, p. 1) aponta que os curdos decidiram, em um primeiro momento, se manter afastados das disputas, uma vez que interpretavam como uma questão “entre árabes”. Nesse sentido, em 2012 um acordo informal foi estabelecido com o regime Assad: tropas governamentais se retiraram das três áreas não-contíguas curdas, tradicionalmente conhecidos como Rojava (Curdistão Ocidental), ao mesmo tempo em que a presidência conferia certos poderes federalistas, como autorização de ensino de curdo nas escolas. Contudo, a saída de tropas federais provocou quase que automaticamente o início de ataques de grupos fundamentalistas sunitas, inclusive o Estado Islâmico. Desde então, forças irregulares curdas têm enfrentado militantes, o que será mais explorado posteriormente.

A partir da fragmentação representativa, o partido político curdo com mais influência geral em Rojava é o Partido da União Democrática (Partiya Yekitiya Demokrat - PYD), criado em 2003 como uma ramificação do PKK. Na década de 1990, o PKK tinha sido autorizado por Assad a operar em território sírio contra alvos dentro da Turquia. Contudo, com o encerramento deste acordo em 2003, com uma reaproximação entre Damasco e Ancara, o PKK voltou a ser proibido na Síria. O PYD, como partido formal, foi formado de um aglomerado de antigos dissidentes que permaneceram em território sírio. Nesse sentido, as conexões são ainda bastante fortes: “apesar do PYD ser liderado por Salih Muslim, todos sabemos que Ocalan ainda é para onde olhamos” (SAYIND, 2017).

O PYD deve grande parte de seu poder e influência ao fato de ser o único partido sírio curdo com uma milícia própria, o YPG (Y,kineyen Gel Parastina - Unidades de Proteção Popular). Com cerca de 65 mil combatentes armados, o YPG teria sido reforçado em 2013, quando centenas de membros do PKK se recusaram em abandonar as armas e se juntaram ao grupo, em virtude de um acordo entre Bashar Al-Assad e Recep Erdogan. Articulado com práticas culturais centenárias curdas, uma brigada da milícia é formada apenas por mulheres, a Unidade de Mulheres Livres, que gerou certa comoção na imprensa ocidental.

A Turquia, de maneira esperada, não vê de maneira otimista a ascensão do PYD. O grupo curdo não só teria um passado em comum com o PKK, sendo considerado por Erdogan também como um grupo terrorista, assim como possuir alianças com o regime Assad. Somam-se a esses aspectos o receio turco que um espaço com maior autonomia curda na Síria acabe por transbordar para seu próprio território, gerando

inclusive pedidos de separação.

Como demonstrado, as relações combativas na Síria são mais complexas do que o binarismo presente nas narrativas tradicionais. Como forma de materializar ainda mais tal dimensão, com ênfase nos grupos curdos, iremos agora nos concentrar na chamada “batalha de Kobane” e seus desdobramentos.

“A mãe de todas as batalhas curdas”

As já intrincadas relações entre os distintos partidos curdos ganhou um novo enredamento com a entrada de mais um ator no conflito local: o já citado Estado Islâmico. Em junho de 2014, o grupo iniciou a maior ofensiva da sua curta história, conquistando espaços tanto na Síria quanto no Iraque. No espaço iraquiano, o grupo conquistou sem maior esforço a cidade de Mosul, segunda maior do país e em território curdo. A rápida vitória chamou atenção global principalmente pela dimensão militar: o exército iraquiano, em maior número e supostamente melhor treinado, foi derrotado em poucos dias. A questão ganhou nova dimensão conforme as forças do EI se voltaram para Erbil e, de acordo com todos os prognósticos, poderia conquistar a cidade em poucos dias. Nesse momento, a relação entre o PDC e Ancara se estremeceram, principalmente pela falta de ajuda da Turquia, enquanto os EUA responderam de maneira rápida, autorizando bombardeios para conter as forças do Daesh. Em discussão no parlamento regional em janeiro de 2016, dois anos depois, lideranças curdas ainda demonstravam rancor: “Erdogan nos abandonou quando mais precisávamos”, apontou Fuad Hussein, um dos generais mais próximos de Barzani. Syndjar, parlamentar curdo, continuou nesse tom “os EUA, a Europa e a França vieram, da Turquia, nossa vizinha, só tivemos silêncio” (LYNCH, 2016)

O argumento turco é de que o país se encontrava em pleno momento eleitoral, com autorizações para uso da força se dificultando. Erdogan, além disso, temia prejudicar uma frágil coalização montada para o certame, na medida em que a questão curda ainda era sensível em todo país.

Interessante apontar que, já em conta com nosso argumento de multiníveis de alianças, um país que ajudou de maneira profícua a coligação curda foi o Irã, rival explícito, pelo menos discursivamente,

dos EUA. Teerã, em parte receosa das ações violentas do EI contra xiitas na região, enviou armamentos e especialistas militares para Erbil.

A crise ganhou contornos humanitários quando o Estado Islâmico, disperso pelos ataques aéreos e pelo reforço aos curdos, iniciou uma perseguição contra a minoria Yazidi da região, um grupo religioso historicamente acossado por incriminações de heresia. Parte da população se viu cercada no topo da montanha Sinjar, narrativa rapidamente capturada pela mídia internacional, o que movimentou discussões para que alguma ação fosse feita para evitar um genocídio. A pressão para que Barzani realizasse algo aumentou exponencialmente, apesar das capacidades de reação serem mínimas, uma vez que suas forças militares estavam minadas após os primeiros esforços contra o Daesh. A saída encontrada foi de solicitar apoio do PYD na Síria, o que foi respondido de forma relativamente rápida. Milícias coordenadas pelo YPG e pelo PKK rapidamente tomaram as posições ao redor do monte, expulsando membros do Estado Islâmico e abrindo caminho para a saída dos yazidis. A chegada de forças especiais estadunidenses gerou uma situação interessante: Washington se via, agora, obrigado a atuar em conjunto com o grupo que um dos seus maiores aliados regionais, a Turquia, considerava claramente como terrorista.

O cenário, como aponta Thornton (2015, p. 11), se tornou o pior possível para Erdogan. Não só os grupos curdos do GRC, com quem Ancara possuía relações estreitas, reavaliavam sua antiga aliança, como estabeleceram uma nova relação com o PYD / PKK. Além disso, Washington se aproximava destes últimos nas operações do Monte Sinjar, gerando uma imagem positiva internacional por parte do PKK.

Apesar de tais dinâmicas relativamente claras sobre as divisões entre os grupos curdos, países ocidentais iniciaram uma campanha discursiva de “enviar armas aos curdos” (LYNCH, 2016, p. 56), observados como grupos homogêneos. Com Erbil como ponto de entrada, países como França, Itália, Alemanha e Holanda iniciaram remessas expressivas de equipamento militar, com Berlim enviando também equipes para treinamento militar. A compreensão neste momento, não só de homogeneidade curda, era de que tais grupos seriam os representantes dos interesses Ocidentais na região. A

fala da ministra alemã da Defesa, Ursula Von Der Leyen reverbera essa questão, quando, visitando Erbil, aponta que “os Peshmerga não estão apenas lutando pelo seu próprio país, mas por todos nós” (METZGER, 2016).

Uma vez que a situação no Monte Sinjar se estabilizou, a atenção voltou-se para a região de Kobane. Embora os curdos na Síria estivessem envolvidos em confrontos contra o EI desde 2012, apenas em 2014 se iniciou um ataque sustentado. As relações estabelecidas por Washington naquele momento, além disso, se mostraram efetivas, principalmente pelo papel midiático da ação. Uma vez que a disputa militar estava sendo descrita pela imprensa internacional como “a maior batalha contra o Estado Islâmico” e “o conflito que irá mudar os rumos da região” (BBC, 2015), fez com que o Departamento de Estado norte-americano continuasse com o envio de armamentos, principalmente por via aérea.

Por sua vez, a Turquia permaneceu firme em criticar os auxílios internacionais para Kobane. O argumento central era de que qualquer ajuda seria desviada para o PKK, além de apontar que os curdos não enfrentavam o inimigo principal, que seria Bashar al-Assad. A Turquia, além disso, não permitiu que os curdos na Turquia cruzassem suas fronteiras para auxiliar no combate, enquanto acusações de que o caminho estaria livre para militares do EI aumentavam (BBC, 2017). A intransigência de Ancara gerou manifestações contrárias no campo internacional e internamente, uma vez que a população turca de origem curda iniciou uma série de protestos. Em outubro de 2014, membros de tais grupos foram mortos por forças policiais em uma série de protestos, seguidos de ações aéreas turcas contra áreas controladas pelo PKK.

Conforme as frentes foram avançando em direção a grupos do EI em Kobane, a centralidade discursiva de apontar os curdos como um grupo unitário se mostrou evidente. Mais do que refletir se tais indicações eram essencialmente “verdadeiras”, importante apontar que Erdogan, por exemplo, apontou que “O PYD, o PKK (...) são todos terroristas, esses grupos são a mesma coisa” (COLE, 2017). Ao mesmo tempo, a imprensa internacional discutia as consequências de terem os “curdos” sido escolhidos para enfrentar a “guerra por procuração” do Ocidente, e suas possíveis consequências estratégicas (KHALIL, 2017; BAZZI, 2017).

Esse tipo de argumento ignora, ainda, que o cerco e a retomada de Kobane pode, inclusive, representar uma disputa intracurdos, na medida em que os armamentos enviados pelo Ocidente, além das reconfigurações espaciais, implementaram novas disputas. Por exemplo, enquanto os peshmerga direcionados do GRC para a Síria eram formados de um pequeno grupo, os membros do PKK enviados para o Monte Sinjar não retornaram a seu ponto de origem. A imprensa local aponta de que estariam, na verdade, preparando terreno para implementar um cantão autônomo no Iraque, na cidade de Shingal. Área estratégica entre Mosul e a fronteira síria, a criação de tal entreposto ameaçaria diretamente os interesses de Barzani. O líder do GRC materializou tais questões em uma declaração pública em janeiro de 2017, apontando que "a tentativa do PKK em criar um cantão em Singal é ilegal (...). Aproveitando-se da batalha de Kobane para agora impor seus interesses políticos não será aceitável para nós. Não podemos vencer [contra o Estado Islâmico] apenas para depois enfrentar outro inimigo" (Al Jazeera, 2017).

REFLEXÕES FINAIS

Em maio de 2017, o presidente turco Recep Tayyip Erdoğan em visita aos Estados Unidos, alertou que "[os EUA] armarem os curdos é armar um inimigo terrorista da Turquia" (The Guardian, 2017). No mesmo dia, a imprensa norte-americana refletia sobre as consequências do presidente Donald Trump decidir galvanizar o grupo local como um "proxy" na região do Levante. Argumentamos que o emprego do conceito de "Guerra por Procuração" no caso da Síria acaba por simplificar e ocultar certas reflexões práticas do que efetivamente auxiliar na complexa cadeia de violência que ocorre na região. Herdeiro principalmente da Guerra Fria, tal conceito acaba por reforçar elementos de binarismo estanque, ignorando as dinâmicas e vontades de atores locais, principalmente os não-estatais. O caso específico dos curdos demonstra a intrincada e antagonica rede de relações de tais grupos entre si e com poderes regionais e globais. Assumir tal complexidade é o primeiro passo para análises mais sofisticadas e o caminho para evitar homogeneidades e simplificações grosseiras.

A ameaça se materializou em setembro de 2017, quando o

governo autônomo do curdistão iraquiano realizou um referendo declarando, unilateralmente, sua independência de Bagdá. Caso se confirmasse o argumento binário reforçado pelo conceito de “Guerra por Procuração”, a resposta dos atores regionais e globais seria previsível. De um lado, iriam se posicionar países que reforçariam um caráter anti-Estado Islâmico e, do outro, aqueles que teriam problemas com um Curdistão independente. Porém, o que se viu em campo foi uma profusão de alianças e conexões múltiplas, com países antagônicos em diversos aspectos, como o Irã e os Estados Unidos, reforçando que não desejavam a independência de Erbil naquele momento.

O caso dos curdos no Iraque e sua conseqüente (des) mobilização na Síria é um exemplo profícuo para se compreender que o confronto neste país é mais complexo do que meramente um embate binário entre superpotências. Mais do que um espaço fixo, as dinâmicas neste local envolvem uma fluidez que, caso ignorada, apaga diversas movimentações políticas.

O presente artigo indicou alternativas para se observar o confronto na Síria, indicando que a materialização do discurso sobre guerras por procuração representa uma simplificação demasiada do que ocorre em campo. Além disso, para longe de cálculos racionais exclusivamente estatais, apregoados pelo discurso da GP, a guerra civil síria só pode ser compreendida pela inclusão de grupos não ligados, necessariamente, com uma nação. Nesse sentido, as alianças apregoadas na lógica macro, internacional, não necessariamente se materializam em campo diário na Síria. Acredita-se que as reflexões aqui apresentadas podem ainda, de maneira adaptável, ser empregada em outras movimentações conflituosas na região, favorecendo mais sofisticação de análise.

SYRIA AND NARRATIVES OF PROXY WARS: THE CASE OF CURDS AS AN ELEMENT OF COMPLEXITY

ABSTRACT

This paper aims to identify alternative ways of the civil confrontation in Syria (2011-present), indicating that the materialization of the discourse on proxy wars represents a too simplification of what happens in the field. Unlike a two-sided, state-led confrontation, we emphasize that it is a fluid conflict, with alliances and goals changing over time and making room. In this sense, we emphasize the Kurdish case, highlighting their multiple affiliations.

Keywords: Syria, Proxy Wars, Internal Armed Conflicts

REFERÊNCIAS

Al Jazeera. "My Arab Spring: Syria's revolution betrayed." AJE News. Acesso em June 23, 2017. /<http://www.aljazeera.com/news/2016/03/arab-spring-syria-revolution-betrayed-160314065558986.html>.

Al Jazeera. "The looming question of Kurdish independence in Iraq." Kurds | Al Jazeera. June 21, 2017. Acesso em June 23, 2017. /<http://www.aljazeera.com/indepth/features/2017/06/implications-kurdish-vote-independence-iraq-170621091328863.html>.

Al Jazeera (2). Syria's civil war explained from the beginning. Disponível em: </<http://www.aljazeera.com/news/2016/05/syria-civil-war-explained-160505084119966.html>>. Acesso em: 9 jun. 2017.

Alam, Kamal. "Why Assad's Army Has Not Defected." The National Interest. 2016. Acesso em June 23, 2017. <http://nationalinterest.org/feature/why-assads-army-has-not-defected-15190>.

Baeza, Cecilia ; Pinto, Paulo . Building Support for the Asad Regime: The Syrian Diaspora in Argentina and Brazil and the Syrian Uprising. *Journal of Immigrant & Refugee Studies* , v. 14, p. 334-352, 2016.

Bazzi, Mohamad. "The Growing U.S.-Iran Proxy Fight in Syria." The Atlantic. June 20, 2017. Acesso em June 23, 2017. /<https://www.theatlantic.com/international/archive/2017/06/iran-syria-trump-saudi-arabia-escalation-isis/530844/>.

BBC. "Battle for Sinjar: Kurds 'advance on IS-held Iraqi town'" BBC News. November 12, 2015. Acesso em June 23, 2017. <http://www.bbc.com/news/world-middle-east-34795506>.

BBC. "Turkey v Syria's Kurds v Islamic State." BBC News. August 23, 2016. Acesso em June 23, 2017. <http://www.bbc.com/news/world-middle-east-33690060>.

Berti, B.; Guzansky, Y. Saudi Arabia's Foreign Policy on Iran and the Proxy War in Syria: Toward a New Chapter?. *Israel Journal of Foreign Affairs*, v. 8, n. 3, p. 25-34, 2014.

Bobbitt, Philip. *The shield of Achilles: war, peace and the course of history*. London: Penguin books, 2003.

Brown, S. *Purposes and pitfalls of war by proxy: A systemic analysis*. *Small Wars & Insurgencies*, v. 27, n. 2, p. 243-257, 2016.

Cambanis, Thanassis. "Assad's Sunni Foot Soldiers." *Foreign Policy*. November 05, 2015. Acesso em June 23, 2017. <http://foreignpolicy.com/2015/11/05/assads-sunni-foot-soldiers-syria/>.

CNN. Syria's 'proxy war' rages in towns near Aleppo, Syria - CNN Video. Disponível em: <http://edition.cnn.com/videos/world/2015/10/14/anderson-syria-proxy-war-aleppo-syria.cnn>. Acesso em: 9 jun. 2017.

Cole, Juan. "Trump sends heavier weapons to Leftist Syrian Kurds to Fight ISIL." *Informed Comment*. January 31, 2017. Acesso em June 23, 2017. <https://www.juancole.com/2017/02/heavier-weapons-leftist.html>.

Cole, Juan. "US Arms Syrian Kurds-and Turkey's Erdogan Cries 'Terrorism' Ahead of Trump Meeting." *The Nation*. May 12, 2017. Acesso em June 23, 2017. <https://www.thenation.com/article/us-arms-syrian-kurds-and-turkeys-erdogan-cries-terrorism-ahead-of-trump-meeting/>.

Cronberg, T. 2017. "Nuclear Multilateralism and Iran: Inside EU Negotiations." In *Nuclear Multilateralism and Iran: Inside EU Negotiations* Deutsch, Karl W, 'External Involvement in Internal War', in Harry Eckstein (ed), *Internal War, Problems and Approaches* (New York, NY: Free Press of Glencoe, 1964).

Erlich, R.; Chomsky, N. *Inside Syria: the Backstory of Their Civil War and What the World Can Expect*. Tradução . 1. ed. [s.l.] Prometheus Books, 2014.

Goepner, E.; Thrall, A. Syria will be the next Vietnam-style war if Obama doesn't learn from history | Erik Goepner and A Trevor Thrall. Disponível em: <https://www.theguardian.com/commentisfree/2015/>

nov/06/syria-next-vietnam-style-war-if-obama-doesnt-learn-history>. Acesso em: 9 jun. 2017.

Gunter, Michael M. *The Kurds ascending: the evolving solution to the Kurdish problem in Iraq and Turkey*. New York: Palgrave Macmillan, 2011.

Hall, Michael C. *The history of Syria: 1900-2012*. Boston, MA: Charles River Editors, 2013.

Hughes, G. *Syria and the perils of proxy warfare*. *Small Wars & Insurgencies*, v. 25, n. 3, p. 522-538, 2014.

Kaldor, M. *Old Wars, Cold Wars, New Wars, and the War on Terror*. *International Politics*, v. 42, n. 4, p. 491-498, 2005.

Kerr, M.; Larkin, C. *The Alawis of Syria*. Tradução . 1. ed. [s.l.] Oxford University Press, 2015.

Khalil, Aldar. "Syria's Kurds Are Not the PKK." *Foreign Policy*. May 15, 2017. Acesso em June 23, 2017. //http://foreignpolicy.com/2017/05/15/syrias-kurds-are-not-the-pkk-erdogan-pyd-ypg/.

Lind, W.; Thiele, G. *4th generation warfare handbook*. Tradução . 1. ed. [s.l.] Castalia House, 2015.

Loveman, C. *Assessing the phenomenon of proxy intervention*. *Conflict, Security & Development*, v. 2, n. 03, p. 29-48, 2002.

Luttwak, E. *Toward Post-Heroic Warfare*. Disponível em: <--https://www.foreignaffairs.com/articles/chechnya/1995-05-01/toward-post-heroic-warfare>. Acesso em: 9 jun. 2017.

Lynch, Marc. *The new Arab wars: uprisings and anarchy in the Middle East*. New York: Public Affairs, 2016.

McDowall, David. *A modern history of the Kurds*. London: Tauris, 2014.
McDowall, David. *The Kurds*. London: Minority Rights Group, 1997.

Metzger, Max. "Germany and Sweden to Send Troops and Increase Aid to Kurds Battling ISIS." *Newsweek*. March 13, 2016. Acesso em June 23, 2017. <http://www.newsweek.com/germany-and-sweden-send-troops-and-increase-aid-kurds-battling-isis-298740>.

Moura, T. Novíssimas guerras, novíssimas pazes. Desafios conceituais e políticos. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 71, p. 77-96, 2005.
Mumford, A. Proxy Warfare and the Future of Conflict. *The RUSI Journal*, v. 158, n. 2, p. 40-46, 2013.

Nabih Bulos, B. In Syria, militias armed by the Pentagon fight those armed by the CIA. Disponível em: <<http://www.latimes.com/world/middleeast/la-fg-cia-pentagon-isis-20160327-story.html>>. Acesso em: 9 jun. 2017.

Natali, Denise. *The Kurds and the state: evolving national identity in Iraq, Turkey, and Iran*. Syracuse, NY: Syracuse Univ. Press, 2007.

Noueihed, L.; Warren, A. *The battle for the Arab Spring*. 1. ed. New Haven, Conn.: Yale University Press, 2013.

Pierret, Thomas. *Religion and State in Syria: the Sunni Ulama from Coup to Revolution*. Cambridge: Cambridge University Press, 2013

Reyna, S. Taking place: 'new wars' versus global wars. *Social Anthropology*, v. 17, n. 3, p. 291-317, 2009.

Schmidt, N. Neither Conventional War, nor a Cyber War, but a Long-Lasting and Silent Hybrid War. *Obama a strategie (Defence and strategy)*, v. 14, n. 2, p. 73-86, 2014.

Schmitt, C.. In Shift, Saudis Are Said to Arm Rebels in Syria. [online] *Nytimes.com*. Available at: <http://www.nytimes.com/2013/02/26/world/middleeast/in-shift-saudis-are-said-to-arm-rebels-in-syria.html?pagewanted=all> [Acesso em 23 Jun. 2017].

Simons, G. Fourth Generation Warfare and The Clash of Civilizations. *Journal of Islamic Studies*, v. 21, n. 3, p. 391-412, 2010.

The Guardian. "Trump and Turkey's president show strained unity at White House meeting." The Guardian. May 16, 2017. Acesso em June 23, 2017. <https://www.theguardian.com/us-news/2017/may/16/trump-turkey-president-erdogan-white-house-meeting-isis>.

Ünver, H. Akin. Turkey's Kurdish question: discourse and politics since 1990. London: Routledge, Taylor & Francis Group, 2015.

Wintour, P.; Mason, R.; Dehghan, S. Johnson says Saudi Arabia is a 'puppeteer' in Middle East proxy wars. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/politics/2016/dec/07/boris-johnson-accuses-saudi-arabia-of-twisting-and-abusing-islam>>. Acesso em: 9 jun. 2017.

Yassin-Kassab, R. Burning Country : Syrians in Revolution and War.. 1. ed. [s.l.] Pluto Press, 2016.

Recebido em: 09/10/2017

Aceito em: 27/12/2017